



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 10920.721206/2014-52  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 3201-005.138 – 2<sup>a</sup> Câmara / 1<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 25 de fevereiro de 2019  
**Matéria** Processo Administrativo Fiscal  
**Recorrente** DEDA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - EPP  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Período de apuração: 14/01/2009 a 04/09/2013

INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO VOLUNTÁRIO. DECRETO 70.235/72.

O prazo para interposição de Recurso Voluntário frui para todos os contribuintes. Assim, a regra prevista no Decreto 70.235/72, Art. 5.<sup>º</sup>, deve ser aplicada.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em não conhecer do Recurso.

(assinatura digital)

Charles Mayer de Castro Souza - Presidente.

(assinatura digital)

Pedro Rinaldi de Oliveira Lima - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marcelo Giovani Vieira, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Paulo Roberto Duarte Moreira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Correia Lima Macedo, Tatiana Josefovitz Belisario, Laercio Cruz Uliana Junior e Charles Mayer de Castro Souza (Presidente).

## Relatório

Trata-se de Recurso de Ofício e de Recurso Voluntário de fls 4135 em face do Acórdão de primeira instância da DRJ/SC de fls. 4081 que deu provimento parcial para a Impugnação de fls. 3966, mantendo em parte o lançamento de fls. 972.

Como de costume, transcreve-se o relatório desta decisão de primeira instância para a demonstração e acompanhamento dos fatos do presente procedimento administrativo:

*"Trata-se de autos de infração, referente as operações amparadas pelas declarações de importação (DI) listadas as fls. 2.519, com lançamento total no valor total de R\$ 22.733.584,12, relativo a cobrança dos seguintes tributos e devidos acréscimos legais: Imposto de Importação - R\$ 3.242.884,09; Imposto sobre Produtos Industrializados vinculado a importação (IPI) – R\$ 1.431.151,76; Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS - importação) incidente na importação – R\$ 1.880.022,00; e Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público, incidente na importação (PIS/PASEP – Importação) – R\$ 392.942,20; além das multas de 100% do valor aduaneiro - R\$ 9.474.944,00, e de 100% da diferença de valor entre o preço praticado e o apurado - R\$ 6.311,639,78.*

*A auditoria fiscal informa que o nome da autuada era Brasita Importação Exportação e Comércio Ltda – EPP, porém houve alteração para DEDA Comércio de Móveis Ltda, por isso Brasita ou DEDA, trata-se da mesma pessoa jurídica.*

*Que entre janeiro de 2009 e outubro de 2013, a autuada submeteu a despacho aduaneiro de importação diversas marcas e modelos de mobílias italianas (cadeiras, mesas, camas, sofás, poltronas, estantes, banquetas) e artigos de iluminação (lustres, luminárias, abajures), nacionalizados através das Declarações de Importação listadas (fls 2.519), sendo alvo da fiscalização que deu origem aos presentes autos por apresentarem as seguintes irregularidades: Ocultação dos reais vendedores (exportadores); uso de documentos materialmente falsos; e, fraude no preço efetivamente pago ou a pagar pelas mercadorias –subfaturamento.*

*Que os produtos importados são mobílias e luminárias de luxo e de altíssimo valor agregado, visto que são todas peças de marcas reconhecidas mundialmente cuja criação está associada a “designers” famosos e conhecidos, conforme se extrai de informações constantes do sítio WEB da própria empresa (fls. 2.520).*

*Que uma boa parte dos trabalhos da fiscalização partiu de vasta documentação apreendida pela Polícia Federal em cumprimento ao Mandado de Busca e Apreensão nº 5449333 efetuado na sede da empresa e nas residências dos sócios (Srs.*

*Alessandro Degano – CPF: 011.363.459-57; Dania de Dea – CPF 491.788.579-53; Giorgio Dalla Libera - CPF:*

003.531.879-17; e Adria Dolores de Dea - CPF: 347.685.729-87),

incluídas pesquisas efetuadas nos sistemas informatizados da RFB.

Que decorrente do analisado, as suspeitas da prática fraudulenta de ocultação dos reais vendedores (exportadores), uso de documentos materialmente falsos e subfaturamento restaram indubitavelmente comprovadas, tendo em vista que:

- A negociação com as empresas fabricantes no exterior é feita diretamente pela empresa BRASITA, que possui catálogos técnicos e lista de preços de todos os seus fornecedores. Ademais, quaisquer dúvidas ou questões referentes aos produtos importados, tais como prazo de entrega, preços etc, são tratadas por mensagens eletrônicas (e-mails) enviadas diretamente aos fabricantes;
- A empresa exportadora no exterior, DELGADO, é de propriedade do Sr.

Alessandro Degano – sócio da BRASITA, sendo único fornecedor de mercadorias para a empresa BRASITA, não fornecendo produtos para nenhuma outra empresa no Brasil;

- As faturas de exportação da DELGADO são emitidas pela própria empresa BRASITA em seu escritório situado no Brasil;
- A função da empresa DELGADO é tão somente “refaturar” e agrupar os pedidos das mercadorias adquiridas pela BRASITA junto aos fabricantes estrangeiros, consignando nas faturas valores muito inferiores aos efetivamente praticados;

A BRASITA interpôs fraudulentamente a empresa DELGADO, que figurou indevidamente como revendedor das mercadorias estrangeiras. Na verdade, BRASITA e DELGADO são um só grupo empresarial tendo inclusive, até bem pouco tempo atrás, com sócios comuns;

A auditoria fiscal informa que o esquema fraudulento engendrado pela fiscalizada tinha como objetivo precípua auferir, de forma ilícita, vantagens financeiras e tributárias mediante o desembaraço aduaneiro com o pagamento apenas em parte dos tributos incidentes na importação.

Para corroborar sua tese, a auditoria fiscal organiza o quadro probatório da seguinte forma no Relatório Fiscal:

- 1- cronologia dos fatos (fls. 2.521/2.533);
- 2- vínculo do Grupo Brasita com o Exportador Delgado Design, (fls. 2.534/2.536);

3- relação entre a Brasita e os fabricantes das mercadorias importadas (fls. 2.537/ 2.541);

4- preços reais praticados e preço de compra das mercadorias pela Delgado/Brasita (fls. 2.542/2.547);

5- subfaturamento dos preços efetivamente praticados (fls. 2.548/2.558);

6- falsificação das faturas comerciais nas negociações entre Delgado e Brasita (fls. 2.558/2.564);

7- importação Senegal (fls. 2.565/2.569);

8- ocultação dos reais vendedores (fls. 2.569/2.573);

9- controle dos valores efetivamente pagos e a remessa ilegal de divisas ao exterior (fls. 2.573/2.580)

10- preço efetivamente praticado e o arbitramento (fls. 2.581/2.593).

As fls. 2.593/2.610 apresenta as infrações identificadas, as penalidades cabíveis, a respectiva fundamentação legal .

As fls 2.610 traz o enquadramento legal aplicado ao caso.

Traz ainda a auditoria fiscal, anexos ao seu relatório as seguintes informações e cálculos tabelados:

- preços Efetivamente Praticados para os produtos importados (fls.

2.613/2.711);

- preços Arbitrados para os produtos importados (fls. 2.712/2.855)

- quantidade de mercadorias importadas (fls. 2.856/3.076)

- restabelecimento Base de Cálculo (fls. 3.077/ 3.412)

- taxas de câmbio aplicadas (fls. 3413/ 3.416)

- cálculos das diferenças de Imposto de Importação (fls. 3.417/3.502).

- cálculos das diferenças de IPI (fls. 3.503/3.584).

- Cálculos das diferenças de Cofins e PIS/PASEP importação (fls.

3.585/3.748).

- Cálculos da multa de 100% do valor aduaneiro (fls. 3.749/3.752)

- Cálculos da multa de 100% sobre a diferença entre o preço praticado ou arbitrado e o declarado (fls. 3.753/3.959)

---

*A DEDA pugna conforme texto (fls 3.966/4020) trazendo anexos os documentos que entende possam ser utilizados na sua defesa (fls 4021/4077), no seguintes termos:*

*Apresenta:*

*- histórico comercial sobre sua atuação no ramo de importação e distribuição de móveis e objetos, os quais são considerados produtos “conceito”, todos de designers mundialmente renomados, de marcas oriundas de diversos países europeus.*

*- justificativa de prática de preços baixo com fundamento na crise econômica da ocorrida no continente europeu - histórico dos fatos relativos a ação fiscal que gerou apreensão de seus produtos e das ações judiciais que envolveram o caso e epígrafe.*

*Em sede de preliminar, pugna:*

*- pela decadência quanto a penalidade aplicada e os créditos lançados para os despachos aduaneiros listados as fls. 3.976.*

*- por ausência de motivação legal, especificamente em relação a base de cálculo efetuada e os fundamentos fáticos para o lançamento;*

*Pugna ainda pela nulidade da autuação, definindo-a como um equívoco jurídico, em afronta as normas legais nacionais e internacionais.*

*Protesta contra as alegações de que teria criado embaraços a fiscalização, quando da realização de diligências, pela fiscalização, para retirada de mercadorias e lacração de estoques.*

*Alega a existência efetiva da empresa exportação Delgado Design e da não ocorrência de ocultação dos reais vendedores e da infração de interposição fraudulenta.*

*Aduz que a “Receita Federal”, de forma bastante evidente, desvirtuou todas as informações colhidas a respeito de suas atividades e da vida de seus sócios, com um único fim de garantir que suas ilações tivessem alguma coerência, referindo-se a criação das Holdings familiares.*

*Informa a seu favor, a retificação efetuada nos preços, os quais havia informado de forma equivocada, de várias declarações de importação, com recolhimento das diferenças de tributos pertinentes, citando o instituto da denúncia espontânea.*

*Alega que houve efeito confiscatório decorrente do alto valor da autuação autuação, em flagrante ofensa a princípio previsto Constituição Federal.*

*Questiona o procedimento de arbitramento dos preços praticado pela fiscalização, o qual teria desvirtuado dos reais praticados.*

*Solicita o afastamento da aplicação dos juros SELIC sobre a multa de ofício.*

*Resume seus pedidos na Insubsistência da autuação, visto que as multas aplicadas seriam de caráter confiscatório e que o lançamento foi efetuado sem motivação.*

*Protesta pela realização de Diligências e produção de provas.*

*É o relatório."*

Essa decisão de primeira instância proferida pela DRJ/SC, foi publicada com a seguinte Ementa:

**"ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO - II**

*Período de apuração: 14/01/2009 a 04/09/2013*

**SUFRATURAMENTO. FRAUDE. DANO AO ERÁRIO.  
MERCADORIA NÃO MAIS APREENSÍVEL.**

*Constatado o subfaturamento, por fraude decorrente de falsidade ideológica ou material de documento que instruiu o despacho aduaneiro, e não sendo mais apreensível a mercadoria para aplicação da pena de perdimento, é cabível a exigência do pagamento dos tributos e contribuições sociais que, incidentes na importação, deixaram de ser recolhidos, acrescidos dos consectários legais, sendo passível, ainda, a aplicação da multa equivalente ao valor aduaneiro da mercadoria, pela caracterização do dano ao Erário.*

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

*Período de apuração: 14/01/2009 a 04/09/2013*

**DECADÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR. HIPÓTESES DE  
INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTA E SUFRATURAMENTO  
MEDIANTE FRAUDE.**

*O instituto da decadência e da prescrição são matérias reservadas à lei complementar, nos termos do que dispõe o artigo 146, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal de 1988.*

*Nos casos de fraude, simulação ou dolo, tais como a interposição fraudulenta na importação e a ocorrência de subfaturamento mediante fraude, a contagem do prazo decadencial deve ser feita nos termos do artigo 173, inciso I, do CTN, tanto para o lançamento de tributos quanto para a imposição de penalidades.*

**IMPORTAÇÃO. OCULTAÇÃO DOS REAIS INTERVENIENTES.  
DANO AO ERÁRIO. MULTA.**

*Considera-se dano ao Erário a ocultação dos reais intervenientes na operação de importação, bem como a interposição fraudulenta, infração punível com a pena de perdimento ou com a multa equivalente ao valor aduaneiro, caso as mercadorias não sejam localizadas ou tenham sido consumidas ou revendidas.*

*Impugnação Procedente em Parte*

*Crédito Tributário Mantido em Parte."*

Em resumo, o Recurso Voluntário reforçou as argumentações da Impugnação.

Os autos foram distribuídos e pautados nos moldes do regimento interno deste conselho.

Relatório proferido.

## **Voto**

Conselheiro Pedro Rinaldi de Oliveira Lima - Relator.

Conforme o Direito Tributário, a legislação, as provas, os fatos, documentos e petições apresentados aos autos deste procedimento administrativo e, no exercício dos trabalhos e atribuições profissionais concedidas aos Conselheiros, conforme Portaria de condução e Regimento Interno, apresenta-se este voto.

A lide contém matéria desta 3.<sup>a</sup> Seção de Julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, contudo, uma vez reconhecida a intempestividade do recurso Voluntário, este Conselho não pode proferir decisão.

Os Despachos de fls. 4132 e 4205 registraram os prazos e a intempestividade do Recurso Voluntário, conforme segue:

*"CIÊNCIA ELETRÔNICA POR DECURSO DE PRAZO - COMUNICADO*

*Foi dada ciência dos documentos relacionados abaixo por decurso de prazo de 15 dias ao destinatário a contar da disponibilização dos documentos através do Caixa Postal, Módulo e-CAC do Site da Receita Federal.*

*Data da disponibilização no Caixa Postal: 24/02/2015 09:58:33  
Data da ciência por decurso de prazo: 11/03/2015"*

É de se observar que a ciência foi realizada eletronicamente através do Domicílio Tributário Eletrônico DTE do contribuinte, após o decurso de prazo de 15 (quinze) dias da disponibilização dos documentos em sua Caixa Postal, módulo eCAC, com base alínea 'a', inciso III, § 2º, do artigo 23, do Decreto nº 70.235/1972, in verbis:

*Art. 23. Farseá a intimação:*

*I pessoal, (...)*

*II por via postal, telegráfica ou por qualquer outro meio ou via, com prova de recebimento no domicílio tributário eleito pelo sujeito passivo; III por meio eletrônico, com prova de recebimento, mediante:*

a) envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou (...)

§ 1º Quando resultar improfícuo um dos meios previstos no caput deste artigo ou quando o sujeito passivo tiver sua inscrição declarada inapta perante o cadastro fiscal, a intimação poderá ser feita por edital publicado:

(...)

§ 2º Considerase feita a intimação:

I na data da ciência do intimado ou da declaração de quem fizer a intimação, se pessoal; II no caso do inciso II do caput deste artigo, na data do recebimento ou, se omitida, quinze dias após a data da expedição da intimação; III se por meio eletrônico:

a) 15 (quinze) dias contados da data registrada no comprovante de entrega no domicílio tributário do sujeito passivo; b) na data em que o sujeito passivo efetuar consulta no endereço eletrônico a ele atribuído pela administração tributária, se ocorrida antes do prazo previsto na alínea a; ou c) na data registrada no meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo; (grifei)

A Portaria SRF nº 259, de 13/03/2006, com redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 574, de 10/02/2009, define a forma como se processará a autorização dos contribuintes para a intimação por meio de seu endereço eletrônico em seu artigo 4º:

"Art. 4º A intimação por meio eletrônico, com prova de recebimento, será efetuada pela RFB mediante: (Redação dada pela Portaria RFB nº 574, de 10 de fevereiro de 2009)

I envio ao domicílio tributário do sujeito passivo; ou II registro em meio magnético ou equivalente utilizado pelo sujeito passivo.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso I, considerase domicílio tributário do sujeito passivo a Caixa Postal a ele atribuída pela administração tributária e disponibilizada no eCAC, desde que o sujeito passivo expressamente o autorize.

§ 2º A autorização a que se refere o § 1º darseá mediante envio pelo sujeito passivo à RFB de Termo de Opção, por meio do eCAC, sendolhe informadas as normas e condições de utilização e manutenção de seu endereço eletrônico. (Redação dada pela Portaria RFB nº 574, de 10 de fevereiro de 2009) (grifei)."

O contribuinte protocolou seu Recurso Voluntário em 22/04/15 e a ciência eletrônica por decurso do prazo ocorreu em 11/03/15, após aos 30 dias.

O prazo de 30 dias da intimação corre para todos os contribuintes, conforme previsto no Art. 5º do Decreto 70.235/72., a seguir:

"Art. 5º: Os prazos serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia de início e incluindo-se o dia do vencimento.

Parágrafo único. Os prazos só se iniciam ou vencem no dia de expediente normal no órgão em que corra o processo ou deva ser praticado o ato."

Em razão do exposto, voto para que o Recurso Voluntário não seja conhecido.

Voto proferido.

(assinatura digital)

Pedro Rinaldi de Oliveira Lima